



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

5ª Reunião Ordinária

17/04/2012 – Fundação Florestal – Pedro de Toledo, SP.

Pauta:

1. Informes;
2. Aprovação da ata da 4ª reunião ordinária;
3. Apresentação dos planos e projetos setoriais das secretarias de Estado.

1. Informes

A reunião teve início às 10h10. Isadora Parada (CPLA/SMA) apresenta a ata da 4ª reunião ordinária, realizada no dia 9 de fevereiro de 2012. Avisa que enviou também, por e-mail, as atas da 1ª, 2ª e 3ª reuniões.

Isadora informa que a minuta do decreto que instituirá o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do setor Baixada Santista está em análise pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo (PPI). Sobre os trabalhos do Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte, informa que estão sendo desenvolvidos com vistas à revisão do zoneamento. No setor Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, relata que a proposta de zoneamento está na etapa de grafar as zonas para o território do município de Ilha Comprida e desenvolver o zoneamento marinho em conjunto com o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA). O texto da minuta do decreto de ZEE desse setor está sendo elaborado pelo Grupo Setorial e poderá ser consultado como base para a elaboração da minuta do setor costeiro Vale do Ribeira.

Isadora informa que nos dias 18 e 19 de abril de 2012 será realizado, no município de Cajati, o Seminário Regional de Defesa Civil REDEC-I-1. O geólogo Ney Akemaru Ikeda (DAEE), secretário executivo do Comitê de Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI 11) convida todos à reunião.

2. Aprovação da ata da 4ª reunião ordinária

Isadora sugere a aprovação da 4ª reunião ordinária, realizada no dia 9 de fevereiro de 2012, ao que todos concordam.

Luiz Roberto Numa de Oliveira (CPLA/SMA) retoma a explicação sobre o papel do Gerenciamento Costeiro, as zonas definidas pela Lei Estadual nº 10.019/1998 e os instrumentos de gerenciamento que são o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Sistema de Informações, os Planos de Ação e Gestão, o Controle e o Monitoramento.

3. Apresentação dos planos e projetos setoriais das Secretarias de Estado

3.1 Apresentação do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica da SMA, realizada por Erica Koga (responsável pela cadeia produtiva) e Luiza Saito (coordenadora).

Erica (SMA) inicia a apresentação ressaltando que o ecoturismo constitui um dos segmentos que mais crescem no mundo (cerca de 20% a.a.). Existe forte potencial de desenvolvimento desse segmento, o que fica evidente nos dados sobre o Brasil e o mundo. O objetivo do projeto é o de promover o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação ambiental nas regiões abrangentes das Unidades de Conservação (UC), envolvendo a sociedade civil, os microempresários e os órgãos públicos.

Na UGRHI 11, o projeto abrange 5 pólos de ecoturismo, que correspondem ao Parque Estadual Carlos Botelho, Parque Estadual Intervales, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, Parque Estadual Caverna do Diabo e Parque Estadual Ilha do Cardoso, com diversos municípios contemplados. O Parque Estadual Ilha Bela constitui o sexto polo do projeto, dentro da UGRHI 3.

O projeto está baseado em 3 componentes. O 1º componente constitui a melhoria da infraestrutura para visitação e a elaboração de planos de contingência necessários. O 2º componente constitui a organização e a consolidação do produto turístico na área de influência dos parques. Para tanto, prevê a realização de investimentos para as 6 unidades e o fortalecimento da cadeia produtiva que gira no seu entorno; a sensibilização da comunidade e a capacitação com cursos e planos de negócios; o apoio aos empresários para a gestão e desenvolvimento de negócios no setor ecoturismo; e a capacitação e assistência técnica a governos locais para fortalecimento da gestão pública do turismo e o apoio na articulação com o processo de regionalização desse segmento econômico. Foram realizadas capacitações em 10 temas e viagens de representantes de comunidades locais a outros municípios para troca de experiências. Esse intercâmbio é estimulado, atendendo a um dos objetivos do projeto que é o fortalecimento da articulação regional.

O 3º componente constitui o fortalecimento da gestão pública para o ecoturismo. Para tanto, as atividades que têm sido realizadas são: a criação da Gerência de Ecoturismo na Fundação Florestal/SMA; a capacitação para gestão da visitação nos parques; o plano de concessão de serviços; a assistência técnica para Gestão da Visitação; a realização do Programa de Voluntariado; a consolidação da política tarifária; e o cadastro dos prestadores de serviços. Essas ações objetivam a melhoria da gestão do uso e da visitação, a relação de cada parque com o entorno e o fortalecimento institucional.

Erica destaca, entre as ações desenvolvidas: a construção do restaurante e a exposição temática no PETAR; a construção de restaurante no Parque Estadual Intervales; a reforma de atrativos e a construção da estrutura de apoio na estrada parque do Parque Estadual Carlos Botelho; a reforma das trilhas no PETAR e nos parques estaduais Intervales e Carlos Botelho; a construção do centro de visitantes, loja e restaurante no Parque Estadual Caverna do Diabo; e a construção da trilha suspensa sobre mangue, da pousada e do mirante no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Foram desenvolvidas também uma marca e a identidade visual para os seis polos/parques. Foi elaborada uma concepção inovadora para os centros de visitantes, com nova sinalização.

Daniel Kurupira (convidado, da IBiosfera) pergunta quais são os planos da SMA para a região do Vale do Ribeira, pois teme que estes possam conflitar com os planos de outros órgãos. Erica responde que, no momento, a SMA vem realizando os últimos investimentos dentro dos polos e que o projeto de Ecoturismo está trabalhando com a cadeia produtiva.

Amaury de Camargo Guatura (Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu) destaca que os municípios do Vale do Ribeira precisarão explorar o turismo gerado com a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Segundo ele, é preciso que trabalhadores voltados a esse segmento aprendam outras línguas. Erica diz que há a possibilidade de busca de recursos para a capacitação de interessados em explorar a atividade turística.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Antonio Eduardo Sodrzejieski (Associação Serrana Ambientalista - ASA) destaca que é necessário explorar os atrativos turísticos das áreas externas aos parques. Erica responde que há um levantamento dessa potencialidade para a zona de amortecimento dessas Unidades de Conservação (UC). Antonio diz que há uma expectativa disso no bairro da Serra, município de Iporanga, mas receia que o investimento não seja frutífero a longo prazo. É a favor da capacitação dos guias e dos monitores, mas ressalta que os maiores desafios serão aumentar o conhecimento sobre a história e a cultura regional e melhorar sua comunicação oral. Isso seria mais prioritário do que aprender outros idiomas.

Daniel destaca que a comunicação visual é importante e que é necessário pensar o turismo a longo prazo, não apenas durante o mês dos grandes eventos. Amaury ressalta que o país pode explorar o turismo para o público internacional, como a Costa Rica o fez. Diz que faltam investimentos nos parques e que também pensa a longo prazo.

Luiz Roberto destaca que, no processo de elaboração do ZEE, são acordados processos, etapas, e que o Grupo Setorial deverá pensar as demandas da região do Vale do Ribeira, como o potencial de modificação do território. Daí a importância das apresentações setoriais. A equipe responsável pelo projeto de ecoturismo da SMA apresentou os dados de investimentos em andamento e as premissas para que eles se consolidem e, pela exposição, se confirma que há um potencial para o turismo ecológico, e não o turismo “de massa”. Estão sendo realizados investimentos e capacitação ligados a empreendimentos de pequeno porte no entorno das Unidades de Conservação, em sinergia com essas unidades. Ressalta que a proposta de ZEE não constituirá apenas um mapa com regras, mas principalmente uma lista de diretrizes e metas, que darão origem a outro instrumento previsto na Lei Estadual nº 10.019/1998, que são os Planos de Ação e Gestão a serem estabelecidos por decreto. Segundo Luiz Roberto, é preciso analisar o diagnóstico da região e integrar as ações, daí a necessidade de conhecer os planos e os projetos dos órgãos do Estado.

3.2 Apresentação da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo “Políticas Públicas e Turismo”, realizada pelo diretor técnico da Secretaria, Vanilson Fickert.

Vanilson destaca que a atividade de turismo vem crescendo nos últimos anos, o que pode ser comprovado pelo número de desembarques de passageiros de viagens domésticas e internacionais no período de 2009 a 2011 e pelo aumento dos gastos dos turistas. Ressalta que o turismo deve ser explorado para além da capital São Paulo. Mostra dados sobre o crescimento do emprego e da renda na área. Aponta os fatores positivos da atividade turística para a qualidade ambiental: contribui para a preservação de espécies ameaçadas; leva ao aperfeiçoamento do planejamento e gerenciamento ambiental; contribui para o aumento da consciência ambiental; auxilia na obtenção de recursos para a preservação; contribui na geração de fontes de renda alternativas; e constitui uma alternativa de exploração econômica das áreas protegidas. Vanilson destaca, no entanto, que o turismo deve seguir parâmetros, como: respeitar a legislação vigente; garantir os direitos das populações locais; conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; considerar o patrimônio cultural e os valores locais; estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis.

Vanilson destaca o problema que os resorts e os condomínios (que inclusive recebem incentivos fiscais) trazem quando não se integram com o entorno e, portanto, potencializam o desenvolvimento local. O turismo deve ser interessante para o turista e para quem está recebendo o turista, que é da comunidade local. Ele informa que vem trabalhando nos projetos da Secretaria há 10 anos e que vê problemas de continuidade dos mesmos. Acredita que os projetos podem ter continuidade, manter uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

linha de atuação, como o turismo popular. Segundo Vanilson, o maior poder aquisitivo da população constitui um fator positivo para o setor do turismo na capital do Estado e em outras cidades de médio porte.

Vanilson apresenta as linhas de qualificação e capacitação da Secretaria. Destaca que é preciso focar no maior público da Copa do Mundo de 2014, que serão os turistas da América do Sul. É necessário pensar no traslado da capital para a região do litoral sul e Vale do Ribeira, com o uso de vans, guia bilíngue, exploração das atividades de lazer e aventura. Segundo ele, as empresas operadoras de turismo não se interessam pela pequena margem de lucro e, portanto, será necessário trabalhar com as pequenas operadoras que podem oferecer pacotes completos (hotel/pousada e retorno à capital para os jogos da Copa). A Câmara Técnica de Turismo do Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) é um canal de interlocução importante para unir esforços.

Outra linha de atuação é o “Turismo do Saber para crianças” e o “Turismo do Saber para a melhor idade”. Este último constitui um projeto novo, que visa aproveitar a ociosidade das colônias de férias e que, futuramente, poderá agregar pousadas. O “Turismo do Saber para crianças” possui duas opções, o “Turismo do Saber – Litoral no Campo” e o “Turismo do Saber – Interior na Praia”.

O Projeto Roda São Paulo constitui outra linha de atuação, que objetiva agregar roteiros turísticos próximos aos trajetos das viagens de ônibus programadas para visitação de grandes eventos. Com isso os passageiros podem conhecer outros municípios do entorno.

O Caminha São Paulo constitui o registro eletrônico das visitas turísticas por trechos, para serem completados em 1 ano. Hoje há 2 roteiros e a Secretaria pretende implantar mais 8, sendo 4 focados no histórico da presença dos jesuítas no Estado e os outros 4 na história dos bandeirantes (respectivamente o Caminha São Paulo – Passos dos Jesuítas e o Caminha São Paulo – Rota dos Bandeirantes).

Outras linhas de atuação: CADASTUR, que constitui o sistema de cadastramento de empreendimentos turísticos; Rotas de São Paulo, que apresenta informações sobre rodovias, disponibiliza aplicativos para tablets etc.; “Campanha São Paulo, um Estado, muitos destinos”, que constitui uma campanha de mídia; Portal de Negócios de Turismo em São Paulo, onde os municípios e representantes da sociedade civil precisam atualizar, junto à Secretaria, as informações sobre destinos turísticos; *site* institucional da Secretaria (www.turismo.sp.gov.br); e organização e participação em feiras no Estado e no país em parceria com a TUR.SP, feitas por circuitos. Nessas feiras, a Secretaria cede o espaço para interessados em expor produtos e serviços de turismo e solicita que os municípios disponibilizem pessoal e folder de divulgação.

Isadora destaca que várias dessas ideias poderiam ser implementadas para o setor do Vale do Ribeira.

Daniel aponta que faltaram na apresentação informações sobre os passeios nas linhas ferroviárias. Lembra que a linha Santos-Sorocaba, que está abandonada, depredada, precisa ser pensada como roteiro turístico, com diversos atrativos no litoral sul e Vale do Ribeira. Pergunta se há chance para isso. Vanilson responde que projetos da Secretaria de Turismo com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) consideram apenas o que prevê o contrato de concessão. Luiz Roberto destaca que um dos cenários apresentados pela Secretaria de Logística e Transportes aponta para o aumento da demanda de transporte de minérios. Ele lembra ainda que no evento Governo Presente, com o Governador em Registro, foi anunciado o projeto de revitalização da estrada de ferro Santos - Cajati. Antonio aponta que o trecho da linha de trem entre Itapeva e Apiaí também pode ser explorada e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

informa que a empresa Camargo Correia explora essa linha. Segundo ele, 2006 foi a data da última viagem de passageiros. Considera como sendo um trecho altamente turístico. Vanilson responde que pode tentar essa articulação com a Secretaria de Logística e Transportes.

3.3 Apresentação do DAEE-BRB – Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, por Ney Akemaru Ikeda, do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Ney inicia a apresentação descrevendo o histórico de criação do DAEE, que foi em 1951, com a Lei Estadual nº 1.350. Com essa estrutura, são elaborados os planos de aproveitamento integrado dos recursos hídricos. Nesse ano foi implantada a Unidade que atendia o Vale do Ribeira, Alto Tietê e Vale do Paraíba e, em 1971, a unidade do Vale do Ribeira. De 1983 a 1985 foi realizada a reorganização do DAEE em Diretorias de Bacias, descentralizadas.

No início, o DAEE atuava na área de telefonia, energia (eletrificação) e recursos hídricos. Nessa atuação, historicamente, fornece apoio às ações das prefeituras municipais. Esse apoio constitui, atualmente, o desenvolvimento de projetos de galeria de águas pluviais e canais de drenagem; a construção de equipamentos para limpeza e desassoreamento de córregos; o apoio técnico em projetos; e a formalização de convênios.

O DAEE também elabora e executa projetos de *polders*, como os Polders 1 e 2 na região, com base nas experiências da Holanda.

O órgão é responsável também pela outorga de uso dos recursos hídricos. A outorga é concedida para implantação de empreendimentos que demandem a utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. É realizada para: obras hidráulicas (barramentos, poços profundos, canalizações, retificações, proteção de leito e travessias), serviços (desassoreamento, limpeza de margens e proteção de leito), extração de água mineral e captações e lançamentos de efluentes líquidos (urbano, industrial, irrigação, geração de energia, rural e outros).

O DAEE fornece o suporte às ações da Defesa Civil dos municípios, com auxílio operacional nas enchentes e o fornecimento de dados sobre as condições do nível do rio Ribeira de Iguape.

Outra ação do órgão é a disponibilização do sistema de alerta na região do Vale do Ribeira, por meio da telemetria via satélite. Constitui um projeto em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Nacional de Águas (ANA). Em Registro, a equipe do DAEE analisa os dados hidrometeorológicos coletados pelas diversas fontes e informa o Sistema de Defesa Civil, que por sua vez emite alerta, em caso de necessidade, para os demais componentes do sistema. Ney destaca que o DAEE dispõe de dados de índice fluviométrico do Ribeira de Iguape.

Descreve a construção da obra do Valo Grande em 1978, sob responsabilidade do DAEE, e os problemas de rompimentos que a barragem sofreu. Em 1992 foi realizada a construção da ponte com a previsão da execução das comportas. Esta obra das comportas foi ajuizada pelo Ministério Público postulando que o Governo do Estado realize a dragagem do leito do Ribeira Velho, o fechamento total da barragem e a retirada de macrófitas do complexo estuarino. Segundo Ney, a gestão da obra tem influências para os trabalhos do Grupo Setorial.

Ney descreve também as atribuições do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB), os objetivos e os desafios. Entre os desafios estão: a gestão dos resíduos sólidos, as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

enchentes, a poluição (diversas fontes), a proteção de mananciais, erosão e assoreamento dos corpos d'água, o disciplinamento da utilização e da cobrança da água.

Daniel destaca que o CBH-RB participará do processo de elaboração da proposta de ZEE e que os trabalhos do Grupo Setorial influenciam os do comitê de bacia.

Ney destaca que já foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA-Rima) da transposição dos recursos hídricos da região do Vale do Ribeira para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Serão transpostos 4,7 m³/s. Informa que a audiência sobre esse estudo está próxima de ocorrer.

Antonio diz que não cabe ao comitê validar a proposta do ZEE. Daniel ressalta que os integrantes do comitê de bacia não são exatamente os mesmos do Grupo Setorial, e que é preciso evitar os conflitos entre trabalhos, principalmente nas áreas de risco e nas áreas de mananciais.

3.4 Apresentação “Ações do Instituto Geológico no Vale do Ribeira”, por Hélio Shimada (Instituto Geológico/SMA).

Hélio apresenta o histórico da atuação do Instituto Geológico (IG/SMA) na região do Vale do Ribeira desde 1906. Nos últimos 12 anos, o IG tem acompanhado e participado da elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UC) da região e tem elaborado estudos ambientais de hidrologia cárstica, climáticos e de diagnóstico da mineração. Um dos pontos citados como resultado histórico de pesquisa é descoberta da jazida de fosfato explorada pela empresa VALE no município de Cajati.

Hélio mostra imagens que retratam expedições do Instituto. Ressalta que minas antigas podem fazer parte dos roteiros turísticos. Apresenta mapa com levantamento de cavernas; mapa geológico da região do PETAR, Litoral Sul e Vale do Ribeira, com pontos de empreendimentos de mineração, ativos e inativos que, segundo ele, é preciso atualizar; mapa com requerimento de concessões de lavra na zona de amortecimento e dentro do PETAR, sendo que os pontos dentro da UC, para ele, são estranhos, pois não tem conhecimento sobre essas pesquisas; mapa que aponta a ocorrência de defensivos agrícolas nos rios que cortam o PETAR e que, portanto, sinalizam que foram utilizados nas suas proximidades; mostra também o mapeamento da variação espacial e temporal de nutrientes presentes nos rios que banham o PETAR (nitrato, amônia, nitrogênio, fosfato e fósforo). Estes são agentes químicos que podem promover desequilíbrio ecológico e impactos ambientais para a região.

Hélio destaca as principais ações em andamento pelo Instituto na região do Vale do Ribeira: levantamento de geoquímica de isótopos estáveis (oxigênio e carbono) e microestratigrafia de estalagmites aplicadas aos estudos paleoclimáticos do Holoceno no Brasil; estudo sobre as tufas da Serra do André Lopes, com identificação da distribuição, gênese e implicações paleoclimáticas; estudo da geologia do Planalto Carbonático da Serra do André Lopes; e estabelecimento do background geoquímico natural no Estado.

Luiz Roberto ressalta que é fundamental que sejam feitas análises sobre o potencial minerário da região, pois haverá incremento da demanda por exploração e a necessidade de infraestrutura para seu escoamento. Hélio informa que as reservas de areia para construção do Vale do Paraíba estão se esgotando e que a exploração desse recurso mineral tende a crescer no Vale do Ribeira devido à elevada demanda da Região Metropolitana de São Paulo. O primeiro gargalo para essa exploração é o transporte. Segundo Hélio, o consumo de calcário para cimento tem aumentado, a exemplo de outros



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

países como China e Coreia. Hélio informa que o cimento tem baixo valor agregado, o que inviabiliza o seu transporte a longas distâncias.

Antonio informa que há afloramentos de calcário isolados na região do Vale do Ribeira. Em Itapeva há duplicação da mina da Votorantim, com ampliação da infraestrutura de exploração. Antonio também exemplifica citando que a distribuição da Camargo Correia ocorre em Buri, ou seja, o ICMS não retorna para a região do Vale do Ribeira. E lembra que a empresa Vale descobriu indícios promissores de outra jazida de fosfato, localizada próxima da que já explora em Cajati.

Daniel questiona o parâmetro de declividade de 30% para enquadramento da zona Z1. Para a região do Alto Ribeira, segundo ele, é preciso refazer um novo estudo em mapas da região para delimitar as áreas com declividade de 30% ou mais. Lembra que a antiga proposta de zoneamento grafou diversas Z3 nessas áreas. Isadora explica que a proposta de zoneamento antiga não precisa ser obrigatoriamente considerada nos trabalhos atuais do Grupo Setorial e que, portanto, pode ser revisto.

Marcus Vinicius M. Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Juquiá) diz que precisa ser revisto o critério de impedimento da mineração em áreas protegidas, como na APA da Serra do Mar. Antonio diz que há outras intervenções de interesse público que também podem prever a supressão de vegetação, como estações de tratamento.

3.5 Apresentação “Repasse de Recursos aos Municípios: Convênios da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional”, de Tendrih, da equipe de Análise e Planejamento - Unidade de Articulação com Municípios.

Leila inicia a apresentação descrevendo a atuação geral da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e da Unidade de Articulação com Municípios (UAM).

A Secretaria possui duas linhas de atuação que convergem para o objetivo de desenvolver e fortalecer os 645 municípios e as regiões do Estado de São Paulo, com o apoio dos Escritórios Regionais de Planejamento. A primeira linha de atuação constitui o Programa de Desenvolvimento Integrado (convênios com municípios para transferências voluntárias). A segunda linha de atuação constitui o conjunto de trabalhos de análise e planejamento regional, com o objetivo de alcançar maior eficiência e efetividade na atuação regionalizada do Estado.

Segundo Leila, as transferências voluntárias para municípios, por meio de convênios, são possíveis, desde que sejam de interesse do desenvolvimento econômico e social. Para a Unidade de Articulação dos Municípios (UAM) da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, os objetos dos convênios são a aquisição ou reforma de equipamentos e a execução de obras de infraestrutura urbana e edificações. Entre essas obras estão: a pavimentação, o recapeamento, a construção de guias, sarjetas, galerias de águas pluviais, a iluminação pública, a sinalização de vias públicas, a canalização de córregos, a construção de pontes, a construção civil (edificações/reformas) e a realização de programas emergenciais, visando resguardar as condições de vida da população desempregada e/ou de baixa renda.

Leila informa que a Secretaria possui dados e análises sobre vulnerabilidades socioeconômicas existentes em municípios do Estado de São Paulo. Apresenta os números de convênios por município e os valores repassados entre 2007 e 2012. Nesse período foram formalizados 284 convênios com os 20 municípios do Vale do Ribeira. Esses municípios pertencem à Região Administrativa de Registro e à de Sorocaba.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Leila explica também que existe a modalidade de convênio por emenda dos deputados estaduais. O recurso é liberado pela Secretaria, por transferências voluntárias.

Leila explica que se a demanda do município for em relação a um serviço como, por exemplo, o saneamento, o pedido para convênio poderá ser feito à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, se a prestação do serviço for de âmbito municipal. No entanto, se o serviço for prestado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), essa demanda precisará ser feita diretamente à empresa. Segundo Leila, a Secretaria objetiva, no médio prazo, sugerir a realização de convênios cujo objeto seja atuação em áreas consideradas prioritárias, tendo em vista as análises de indicadores socioeconômicos.

Daniel pergunta à Leila se tem conhecimento dos projetos que estão previstos para exploração do pré-sal e que terão impactos na região do Vale do Ribeira, assim como foi destacado no relatório do CESPEG para o setor da Baixada Santista. Leila responde que essa informação pode ser obtida com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, além de outras Secretarias afins.

Luiz Roberto pergunta à Leila os critérios para liberação dos recursos. Leila responde que o critério constitui a viabilidade do próprio projeto (essa informação já está no parágrafo anterior “sugerir a realização de convênios cujo objeto seja atuação em áreas consideradas prioritárias, tendo em vista as análises de indicadores socioeconômicos”).

Isadora informa que a apresentação da Secretaria de Justiça Social e Defesa da Cidadania ficará para a próxima reunião, ao que todos concordam.

3.6 Apresentação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, por Dilson Reinaldo Trisoglio.

Dilson informa que não preparou uma apresentação específica para essa reunião. Explica que há um projeto de implantação de agroindústria em Apiaí que está parado há 10 anos. Esse projeto objetiva beneficiar 7 municípios. Antonio reclama da falta de compromisso dos governos municipais com os projetos de infraestrutura necessários, como é esse caso da agroindústria, que necessita de apenas 2 paredes para concluir a obra. Segundo Antonio, os agricultores já estavam integrados ao projeto e o abandonaram por esse problema.

Daniel pergunta se há um programa especial para a região do Vale do Ribeira. Dilson responde que há um projeto em elaboração para a contratação de um mapeamento e sistematização de dados, para sinalizar aos investidores a viabilidade ou não de certos investimentos privados. Antonio destaca que a proposta de ZEE pode contribuir para essa orientação e mapeamento.

3.7 Apresentação do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS II, por Antonio Eduardo Sodrzeieski (Associação Serrana Ambientalista - ASA).

Antonio informa que mora há 25 anos no Bairro da Serra. Além de representante da ASA, é assistente de planejamento do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Antonio descreve o programa Microbacias I. Entre as ações, estão o apoio à contenção de voçorocas; recuperação da mata ciliar; educação ambiental; capacitação dos produtores agrícolas para produção e gestão do negócio e para participação em fóruns municipais e regionais; investimentos em incentivos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

através de subvenção econômica; recuperação de estradas pela CODASP. Em relação a este ponto, destaca que há falta de manutenção por parte das prefeituras.

O programa Microbacias II objetiva a busca da competitividade da agricultura familiar, a rentabilidade da unidade de produção, o combate à vulnerabilidade social e à degradação ambiental. Informa que há recursos para a recuperação das estradas, mas é preciso que o município realize o controle das demandas.

Antonio relata que já houve plantio de chá na região do Vale do Ribeira e que atualmente há certa resistência dos agricultores em diversificar a produção. Há uma tendência de concentração da bananicultura, pois está sendo realizada por grandes produtores. Na região também houve incentivo, durante 3 anos, de produção de palmito pupunha, antúrio e piscicultura por um programa de gabinete do governo do Estado.

Antonio ressalta a precariedade do saneamento básico na região e questiona a possibilidade de atender a demanda de turismo gerada pelos eventos da Copa em 2014 e das Olimpíadas em 2016, considerando essas dificuldades básicas.

Antonio mostra os mapas de IDH (2000) e de taxa de urbanização dos municípios no Estado.

Apresenta os objetivos gerais e específicos do programa Microbacias II e os mapas com critérios econômicos, sociais e ambientais, que resultaram no mapa de priorização econômica, social e ambiental para o programa. Há a caracterização dos beneficiários em pequeno, médio e grande produtor. O programa possui 4 componentes principais e seus respectivos sub-componentes e atividades. Na região do Vale do Ribeira há 3 projetos em andamento, entre eles o do município de Juquiá e o de Pariquera-Açu.

Antonio mostra os resultados e os impactos do programa e destaca que há 2 ações especiais: o trabalho com as aldeias indígenas e com as comunidades quilombolas (80% das comunidades estão na região do Vale do Ribeira).

Daniel pergunta se as áreas consolidadas para agricultura serão suficientes para os próximos 10 anos e se existe a possibilidade de transformação dos cultivos. Outra pergunta é sobre a viabilidade de se criar corredores ecológicos na região. Antonio responde que é comum a sobreposição de ações e a existência de conflitos. Na região do Vale do Ribeira, segundo ele, há um arco de proteção na região que garantiria uma proteção, um “continuum” que deve ser preservado. Para Antonio, a agropecuária é dinâmica e o que faz um produtor oscilar de uma produção para outra é a necessidade de maiores rendimentos, ou seja, “é o bolso”, sendo uma agricultura tradicional ou não. Segundo ele, as culturas que mais impactam são a silvicultura de eucalipto e o pasto para pecuária, realizada em solo pobre em matéria orgânica e que não propicia a recuperação da vegetação com espécies de porte arbóreo nativas.

Luiz Roberto agradece a apresentação dos representantes de Estado. Destaca que as apresentações e as perguntas foram realizadas na direção de contribuir com os trabalhos do Grupo Setorial. Diz que, embora o Vale do Ribeira esteja a 200 km da Região Metropolitana de São Paulo, 100 km do maior porto da América Latina, próximo da região de Itapetininga e Sorocaba, cortado pela rodovia BR 116, ainda se apresenta como uma região com baixos índices de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ressalta que as iniciativas estatais indicam caminhos por onde se poderia incrementar o desenvolvimento regional e, por meio de projetos e investimentos localizados, buscam criar condições para que setores da iniciativa privada possam prosseguir. Mas estes chegam até um ponto, então o desafio é conseguir



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

que a sociedade se mobilize para alavancar os recursos necessários ao ganho de escala dessas iniciativas. Destaca que os Planos de Ação e Gestão podem contribuir nesse sentido.

Luiz Roberto sugere que as reuniões sejam diferentes, com os representantes sentados em volta de uma mesa, facilitando a contribuição de todos, com uma dinâmica mais interativa e participativa, em um processo de construção coletiva. Após a conclusão do diagnóstico, será produzido o mapa de zoneamento, resultado dessas análises e discussões, e a minuta de texto de decreto que traduzirá o zoneamento.

Daniel faz uma proposta de trabalho, que as reuniões de trabalho foquem em 4 subregiões. Isadora confirma que essa ideia já havia sido discutida, devido à estratégia de deslocamento. As reuniões itinerantes são importantes, mas para olhar o território será necessário ver por subregiões. Isadora acredita que a participação aumentará com a intensidade dos trabalhos. Daniel lembra que o ano é eleitoral e se mostra preocupado com a saída dos representantes e provável renovação. Sugere que o Grupo Setorial acorde um cronograma com data de finalização da proposta. Sugere a indicação do nome do Antonio como coordenador do Grupo Setorial. Antonio diz que a princípio não concorda com a indicação e que a renovação da representação ocorre na esfera estadual também. Luiz Roberto sugere que seja realizada 1 reunião por mês, pois é mais factível. Daniel sugere que sejam reuniões com pauta bem definida, com número de reuniões por tema. Isadora concorda com essa demanda, mas é possível que não se concretize na prática. Luiz Roberto concorda que sejam definidos os números de reuniões por tema. Ney sugere que essa decisão seja pauta da próxima reunião, dado o adiantado da hora. A reunião foi finalizada às 14h30.

As próximas reuniões ficaram previamente agendadas para os dias 17 de maio, em Pariquera-Açu, com início às 9h00 e duração até o período da tarde, e 31 de maio em Apiaí ou Cajati. Como pauta, faltam serem apresentados os planos das Secretarias de Logística e Transportes, da Justiça e Defesa da Cidadania, e os projetos desenvolvidos pelas instituições da sociedade civil.